

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO**

**ADRIANA BOARETO VASCONCELOS**

**A AÇÃO RESCISÓRIA E A RELATIVIZAÇÃO INTERTEMPORAL SOB A ÓTICA  
DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
Monografia

CACOAL/RO  
2016

ADRIANA BOARETO VASCONCELOS

**A AÇÃO RESCISÓRIA E A RELATIVIZAÇÃO INTERTEMPORAL SOB A ÓTICA  
DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para grau final de bacharel em Direito elaborada sob a orientação da Professora Mestre Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli.

CACOAL/RO  
2016

V331a Vasconcelos, Adriana Boareto.  
Ação rescisória e a relativização intertemporal sob a  
ótica do novo Código de Processo Civil/ Adriana Boareto  
Vasconcelos – Cacoal/RO: UNIR, 2015.  
53 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientadora: Profa. Ma. Kaiomi de Souza Oliveira  
Cavalli.

1. Direito civil. 2. Decisões julgadas. 3. Recursos. 4.  
Impugnação. I. Cavalli, Kaiomi de Souza Oliveira. II.  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 347

Catalogação na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

# **A AÇÃO RESCISÓRIA E A RELATIVIZAÇÃO INTERTEMPORAL SOB A ÓTICA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para grau final de bacharel em Direito elaborada sob a orientação da Professora Mestre Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli.

Cacoal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016. Nota: \_\_\_\_\_

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli  
Universidade Federal de Rondônia

---

Prof. Me. Silvério dos Santos Oliveira  
Universidade Federal de Rondônia

---

Prof. Me. Simone Maria Gonçalves de Oliveira  
Universidade Federal de Rondônia

*Onde quer que haja um direito individual  
violado, há de haver um recurso judicial para  
a debelação da injustiça; este é, o princípio  
fundamental de todas as Constituições  
livres.*

**Rui Barbosa**

*Dedico este trabalho a Deus, que de  
sobremaneira tem me dado forças para  
continuar a jornada nos estudos, à minha  
família, especialmente meus pais, por terem  
suportado a distância enquanto me dedicava  
aos estudos, aos amigos que sempre me  
apoiam e me incentivaram para que eu  
concluísse mais esta etapa da minha vida, e  
também aos meus mestres, que sempre  
acreditaram em meu desenvolvimento. A  
todos, minha imensa gratidão.*

## RESUMO

Cada processo tem características próprias, e ao longo do tramite podem surgir várias decisões julgadas, cada qual relacionada a um capítulo da sentença. A ação rescisória é uma ação autônoma de impugnação que tem por objetivo rescindir decisão judicial imutável pela coisa julgada, e quando couber, proceder a novo julgamento. A natureza jurídica desta, em relação ao pedido de rescisão é constitutiva negativa. O STF admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenham esgotados todos os recursos. Ainda, pode - se rescindir a sentença por questões relacionadas à forma, e por questões relacionadas ao conteúdo, esta pode incidir sobre apenas alguns capítulos da sentença ou no seu todo. Algumas decisões não podem ser objeto de rescisória sendo decisões proferidas em Juizados Especiais e decisões proferidas em ADI, ADC e ADPF. A problemática do presente texto acadêmico, versa sobre a questão que envolve a contagem do prazo para propositura desta. Doutrina e jurisprudência divergem quanto ao início da contagem do prazo, isto por que para a doutrina são várias coisas julgadas, vários são os prazos para a propositura da ação rescisória. A jurisprudência do STJ (sumula 401/STJ) entende que o prazo tem que ser único, contando-se a partir do trânsito em julgado da decisão final, pressupondo que o processo é uno e indivisível, e que a alteração de uma decisão pode alterar o seu final. Posicionamento acolhido pelo novo CPC. Essas mudanças concernentes a ação rescisória, se relacionam diretamente aos pontos tratados neste trabalho. Tais alterações trazem significantes benefícios às pessoas que utilizam o poder judiciário para resolução de seus conflitos, e beneficia inclusive os operadores do direito, na medida em que descomplica os pontos controvertidos existentes na legislação.

**Palavras-chave:** decisões julgadas; recursos; impugnação, sentença, doutrina, jurisprudência.

## ABSTRACT

Each process has its own characteristics, and over time may arise several judged decisions, each related to a chapter of the judgment. The suit is an autonomous action to challenge that aims to terminate immutable court decision *res judicata*, and when applicable, proceed to a retrial. The legal nature of this in relation to the request for termination is negative constituent. The Supreme Court admits to rescission action against final judgment, even against it have not exhausted all resources. Still, it can - if you terminate the sentence for issues related to the form, and issues related to the content, this can focus on just a few chapters of the sentence or in whole. Some decisions may not be rescission object being decisions in Special Courts and decisions in ADI ADC and ADPF. The issue of this academic text, deals with the issue involving the running of time for bringing this. Doctrine and jurisprudence differ on the beginning of the running of time, that why for the doctrine are several things judged, there are several deadlines for the filing of a rescission action. The jurisprudence of the Supreme Court (roster 401 / STJ) understands that the term must be unique, counting from the *res judicata* of the final decision, assuming that the process is one and indivisible, and that the modification of a decision can change its end. Positioning welcomed the new CPC. These changes concerning the rescission action, relate directly to issues addressed in this paper. These changes bring significant benefits to people who use the judiciary to resolve their conflicts, and even benefits the operators of law, in that it takes the hassle existing controversial issues in legislation.

**Keywords:** judged decisions; resources; challenge, judgment, doctrine, jurisprudence.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 NOÇÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>11</b>
2.1 CONCEITO E FINALIDADE.....	11
2.2 CABIMENTO E PRESSUPOSTOS.....	12
2.3 LEGITIMADOS, PARTES E TERCEIROS JURIDICAMENTE INTERESSADO..	15
2.4 DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS QUE JULGAM O MÉRITO.....	16
<b>3 DIFERENÇAS ENTRE AÇÃO RESCISÓRIA, RECURSO E AÇÃO ANULATÓRIA</b> <b>.....</b>	<b>18</b>
3.1 DIFERENÇA ENTRE AÇÃO RESCISÓRIA E RECURSO.....	18
3.2 DIFERENÇA ENTRE AÇÃO RESCISÓRIA E AÇÃO ANULATÓRIA.....	19
<b>4 DA COISA JULGADA.....</b>	<b>21</b>
4.1 FLEXIBILIZAÇÃO DA COISA JULGADA.....	22
4.2 PRINCÍPIOS RELEVANTES:.....	24
4.3 A SÚMULA 401 DO STJ E ALTERAÇÕES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	25
4.4 DO PRAZO DECADENCIAL DO DIREITO A RESCISÃO.....	30
<b>5 PAGAMENTO DE 5% (CINCO POR CENTO).....</b>	<b>32</b>
5.1 AJUIZAMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	32
5.2 DA SUSPENSÃO DA DECISÃO RESCINDENDA.....	33
5.3 MANDADO DE SEGURANÇA.....	34
5.4 PROCESSO CAUTELAR.....	35
5.5 ANTECIPAÇÃO DA TUTELA.....	36
<b>6 AÇÃO RESCISÓRIA DAS DECISÕES DOS JUIZADOS.....</b>	<b>37</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico foi elaborado com o objetivo de debater sobre o tema “Ação Rescisória”, destacando seus principais aspectos ressaltando especialmente a necessidade atual e imperiosa de se passar a utilizar a Ação Rescisória vez que essa tem grande impacto social, e, por intermédio dela, viabilizam-se alterações nas decisões judiciais transitadas em julgado, bem como discutir a questão intertemporal para propositura desta, a injusta isenção a qual faz jus a Administração Pública para ajuizamento de Ação Rescisória, o não cabimento nos Juizados Especiais, dentre outros.

Essas discussões tornam-se de suma importância para que não ocorra injustiça que muitas vezes prevalecem na prática por não ser cabível, ou julgada intempestiva, segundo a letra da lei o ajuizamento de ação rescisória em situações que cidadãos litigantes injustiçados necessitariam, ficando a mercê da coisa julgada feita pela decisão transitada em julgado

Ressalta-se que a coisa julgada é fundamental para a segurança jurídica e ordem pública e, bem como para o estabelecimento do Estado Democrático de Direito, contudo, há que se considerar, sobretudo, a necessidade de atender ao anseio social, quando se deparam com o inconformismo com determinadas decisões judiciais, as quais tenham julgado o mérito e sofrido transitado em julgado.

Assim, propõe-se uma discussão sobre a imutabilidade de uma sentença transitada em julgado, sobre flexibilização ou da relativização da coisa julgada não de forma indiscriminada, isto porque ofenderia a segurança jurídica, a qual os críticos desta corrente alegam, defendendo sua teoria que é favorável ao “engessamento” e perpetuação da coisa julgada, como forma de garantir eficácia e efetividade da lei, mas de forma a ser respeitados critérios e parâmetros razoáveis que possa ter um novo julgamento no processo quando ha necessidade.

Neste trabalho também serão analisados outros pontos importantes e de grande relevância, referentes a ação rescisória, princípios basilares, a aplicação da súmula 401 do STJ, e alterações no Novo Código de Processo Civil, ainda, a necessidade e viabilidade de admissão do ajuizamento de Ação Rescisória das decisões de mérito transitadas em julgado, proferidas pelos Juizados Especiais Cíveis, visto que até então não cabíveis, sobretudo, em razão da vedação do artigo 59 da Lei 9.099/95.

O primeiro capítulo está versando sobre noções preliminares que abrange o conceito e finalidade da ação rescisória na via processual, cabimento e pressupostos, das partes litigantes, legitimados, e terceiros juridicamente interessados, analisar-se a decisões interlocutórias que julgam o mérito.

A fim de melhor explicar o segundo capítulo discute a diferença entre ação rescisória, recurso e ação anulatória, bem como trabalhado as diferenças entre ação rescisória e recurso, e ainda Ação rescisória e ação anulatória

Já no terceiro capítulo será exposto a questão que envolve a coisa julgada, a sua flexibilização, princípios relevantes, a súmula 401 STJ e alteração no Novo Código de Processo civil, ainda o prazo decadencial do direito a rescisão.

Decorrendo este trabalho monográfico o capítulo seguinte versa sobre o pagamento de 5% (cinco por cento), como pressuposto de admissão para propositura da ação, o ajuizamento desta pela administração pública, a suspensão da decisão rescindenda, o mandado de segurança, o processo cautelar, e a antecipação da tutela.

No último capítulo estará exposto a ação rescisória das decisões concernentes aos juizados especiais

A Ação Rescisória não é aceita quando corresponde a decisões de mérito, transitadas em julgado, proferidas em sede desses Juizados, ainda por se tratar de um sistema processual muito complexo, incompatível com o princípio precípua dos Juizados Especiais, o princípio da celeridade, mas que gera ofensa a determinação legal do art. 108, inciso I, alínea “b” da Constituição da República Federativa do Brasil.

Essas discussões acerca da Ação Rescisória sofridas na prática forense, a vedação legal nos juizados Especiais Cíveis e divergência quanto a questão temporal para propositura desta ação foram as razões da escolha do tema. Para a construção do raciocínio exposto nesta monografia o método de abordagem utilizado foi o método dedutivo dialético, que parte da compreensão da regra para então compreender os casos específicos. É o método que infere os fatos sob a lei geral, considerando que as conduções conclusivas já se encontram implícitas nas premissas, ou seja, quando o raciocínio é dedutivo, tem validade e suas premissas são verdadeiras, a conclusão, por consequência é verdadeira. A investigação nesse método começa com o planejamento das suposições das características dos fenômenos num conjunto axiomático e com coerência entre os postulados,

prossequindo com um processo de dedução lógica sempre a partir dos postulados iniciais. Para tanto foram utilizados a legislação seca e comentada, artigos jurídicos obtidos via Internet e em revistas, livros e, principalmente o Código de Processo Civil (novo) e a Constituição da República Federativa do Brasil.

## 2 NOÇÕES PRELIMINARES

### 2.1 CONCEITO E FINALIDADE

A Ação Rescisória, prevista do artigo 485 ao 495 do Código de Processo Civil, é de natureza constitutiva, de competência originária dos Tribunais (julgamento ocorre em Instância única), objetiva desconstituir uma sentença de mérito, transitada em julgado (artigo 485 do Código de Processo Civil) e, visando novo julgamento que, constituirá nova coisa julgada. Embora esteja prevista expressamente apenas com a palavra “sentença de mérito”, considera-se também, para fim de ajuizamento de Ação Rescisória, o acórdão e decisão de mérito, inclusive singular e interlocutória, desde que tenha transitado em julgado e dessa advir prejuízo a parte rescindente.

Segundo Pedro Nunes (1999. p. 44), a definição de Ação Rescisória é:

Meio processual destinado a obter a declaração de nulidade ou ilegalidade de sentença cível definitiva, contra a qual não caiba mais recursos, proferida por juiz impedido ou incompetente, com ofensa à coisa julgada, originariamente, em segunda ou última instância. Cabe ainda a ação a parte prejudicada por qualquer ato que não dependa de sentença, ou em que esta for simplesmente homologatória, proposta no próprio juízo, com o fim de a anular. Dela pode ser objeto a partilha, a concordata, a divisão de terras, os contratos, etc.

Já para Luiz Guilherme Marinoni, (2004. p. 699) a Ação Rescisória é “ação destinada precipuamente a obter a anulação (e não declaração de nulidade) da coisa julgada formada sobre decisão parcial, permitindo, então, por conseguinte, a revisão do julgamento”.

Ainda conforme bem sintetizou Márcia Conceição Alves Dinamarco (2004. p. 204):

a ação rescisória tem por finalidade servir como fator de equilíbrio entre dois ideais opostos de suma importância no nosso sistema processual: (a) a garantia da estabilidade social representada pela coisa julgada e (b) a eliminação das injustiças através da sanação dos vícios tidos pelo legislador como graves, ou seja, a busca do equilíbrio razoável entre o valor do seguro e o do justo.

A execução da sentença ou acórdão não fica impedido pela propositura da Ação Rescisória, exceto nos casos de impetração de Mandado de Segurança, de concessão de Medida Cautelar ou de Antecipação de Tutela, os quais se refiram a situações imprescindíveis ou que atendam aos pressupostos previstos em lei. Essas três possibilidades de suspensão dos atos executivos serão discutidos

oportunamente neste trabalho.

É possível a cumulação de pedidos na Ação Rescisória, uma vez que o Autor desta pode formular pedido de rescisão da coisa julgada e também de novo julgamento. Trata-se de cumulação de pedidos sucessiva, ocorre quando o segundo pedido somente é analisado no caso de o primeiro pedido ser julgado procedente. Assim, no juízo rescindente, se o pleito for julgado procedente, será desconstituída a coisa julgada, desta forma, rescindida a decisão de mérito transitada em julgado e proferida decisão de natureza constitutiva negativa. Superada esta etapa é que se destina ao juízo rescisório, onde a decisão que já foi desconstituída será reapreciada e re julgada, sendo, portanto, prolatada nova decisão sobre o caso. Dependendo da natureza da ação que será reapreciada, esta nova decisão poderá ter caráter declaratório, constitutivo ou condenatório.

Observa-se o fato de que essa cumulação não será sempre cabível, assim sendo somente quando a mera rescisão não for suficiente, caberá pedido cumulativo, fazendo-se necessário o novo julgamento.

Segundo José Frederico Marques (1975. p. 266):

considerar inadmissível a cumulação, sob o fundamento de que se suprime, com isso, uma instância, é abraçar entendimento sem consistência, uma vez que já houve, antes, decisão sobre a lide do iudicium rescissorium, pelo menos no juízo de primeiro grau.

## 2.2 CABIMENTO E PRESSUPOSTOS

As hipóteses de cabimento da Ação Rescisória estão prevista no rol taxativo do já mencionado artigo 485 do Código de Processo Civil 2009:

Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

I – se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;

II – proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;

III – resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;

IV – ofender a coisa julgada;

V – violar literal disposição de lei;

VI – se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória;

VII – depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;

VIII – houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença; IX – fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa.

A prevaricação, a concussão e a corrupção estão previstos nos artigos 319, 316 e 317 do Código Penal, respectivamente. Para que seja caracterizada a essas hipóteses do inciso citado, não é necessário haver prévia condenação do juiz neste sentido, uma vez que a prova desses crimes pode ser feita nos autos da própria Ação Rescisória.

O impedimento (artigo 134 do Código de Processo Civil) e a incompetência (artigo 112 do Código de Processo Civil) ensejam a rescisão da decisão porque são pressupostos processuais de validade. O dolo refere-se a conduzir atos processuais com o fim de reduzir a capacidade de defesa e induzir o juiz a proferir uma decisão que não seja condizente com a verdade. Na fraude à lei, identifica-se como a intenção de litigar no processo de modo a fraudar à lei.

A ofensa à coisa julgada ocorre quando é proferida uma decisão em um caso concreto, onde tem outro com o mesmo pedido, que já fizera coisa julgada, independentemente de o novo julgado ter decidido de forma igual ao primeiro. Caso o primeiro julgado contrarie o novo ou vice-versa, e não seja proposta Ação Rescisória no prazo do artigo 495 do Código de Processo Civil, deverá prevalecer o primeiro julgado.

Em referencia a hipótese de cabimento da Ação Rescisória de decisão de mérito transitada em julgado que viola literal disposição de lei, deve ser observado a determinação da Súmula 343 *Download* de Súmulas, 1-1 p., acessado em 14/01/16 do Supremo Tribunal Federal: “Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertido nos tribunais.”. É discutido acerca da abrangência da referida Súmula, é nítido que se não há qualquer especificação / diferenciação entre o direito material e o processual e entre a matéria constitucional e a infraconstitucional, tal Súmula é aplicável em todos esses casos, indistintamente. Todavia, a interpretação da Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal não pode ser absoluta, porque ainda é controvertida a parte sobre contrariedade à literal disposição legal.

A prova falsa deve ser assim reconhecida por sentença proferida pela mesma autoridade judicial da coisa julgada em questão, em lide entre as mesmas partes. O novo documento, embora assim denominado, já existia no momento em que a decisão rescindenda fora proferida, contudo não era de conhecimento do Autor da Ação Rescisória, ou não pôde ser utilizado por ele na ocasião. A nulidade e anulabilidade, previstas no artigo 485, VIII do Código de Processo Civil, são diversas das mencionadas no artigo 352, caput do mesmo ordenamento legal.

Em relação ao erro de fato, este deve ter servido de base para a decisão, e não pode ter havido controvérsia nem pronunciamento judicial a respeito dele. Ele

deve ter sido constatado através das provas já produzidas no processo original e não no rescisório.

Além da aplicação dos requisitos do artigo 485 do Código de Processo Civil, para o ajuizamento da Ação Rescisória também é necessário que esta discuta sobre decisão de mérito transitada em julgado e seja realizado o depósito de 5% (cinco por cento) do valor da causa (artigo 488, inciso II do Código de Processo Civil). Todavia, a União, os Estados e os Municípios ficam, por lei, dispensados de tal depósito (artigo 488, parágrafo único do Código de Processo Civil). Este depósito é restituído se a decisão rescindenda for desconstituída, independentemente da prolação de nova decisão (artigo 494 do Código de Processo Civil).

São pressupostos para ajuizamento de Ação Rescisória, ter a ação cujo objetivo seja de rescindir sentença ou acórdão que de fato tenha julgado o mérito da lide, independentemente de ter acolhido ou rejeitado, total ou parcialmente, o pleito em discutido. A existência de uma das hipóteses previstas no artigo 485 do Código de Processo Civil, a propositura da ação estar dentro do prazo previsto no artigo 495 do Código de Processo Civil (2 anos), alterado pela súmula 401 do STJ, ter a decisão que se pretende rescindir feito coisa julgada material, por ter precluído a faculdade de recorrer sobre tal decisão. Pode-se ainda observar, que determinadas situações eivadas por graves vícios, os quais também poderiam ser incluídos pelo legislador como hipóteses legítimas de cabimento de Ação Rescisória.

A petição inicial da Ação Rescisória, assim como as demais ações civis, deve atender os requisitos previstos no artigo 282 do Código de Processo Civil, sendo-lhe peculiar o atendimento a determinação do artigo 488 do Código de Processo Civil, observando-se, ainda, os artigos 490 e 295 do mesmo ordenamento legal.

Importante mencionar que não é necessário que se tenham esgotado as vias recursais para que se possa propor a Ação Rescisória, como bem esclarece a Súmula 514 do Supremo Tribunal Federal qual seja: “Admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenha esgotado todos os recursos”

Outrossim, a propositura da Ação Rescisória não suspende a execução da decisão que se pretende rescindir. Isso porque não há que se confundir Recurso (não se tem um estado jurídico formado) com Ação Rescisória, pois para propositura do ajuizamento desta é indispensável a existência da coisa julgada e sua finalidade é buscar alterar o estado jurídico.



### 2.3 LEGITIMADOS, PARTES E TERCEIROS JURIDICAMENTE INTERESSADO

E necessário esclarecer que legitimidade das partes é a aptidão para ocupar a posição de demandante ou demandado em um determinado caso concreto, sendo esta específica para cada caso.

São legitimados para ajuizar a Ação Rescisória a parte prejudicada no processo (ou seu sucessor a título universal ou singular), o terceiro juridicamente interessado e o Ministério Público, este, de não ter sido ouvido no processo em que era obrigatória sua intervenção ou na hipótese de a sentença ser consequência de colusão das partes, com objetivo de fraude à lei (artigo 487 do Código de Processo Civil).

Assim sobre a legitimidade, é necessário ressaltar os comentários de Flávio Luiz Yarshell, (2005. p. 138) que diz:

Sob o ângulo ativo, nada obstante a dicção legal, nem todo aquele que figurou como parte no processo é legitimado à propositura da ação rescisória. É que, como resulta da lei e da razão de ser o remédio em questão, exige-se, como regra, que o mérito tenha sido julgado. Sendo assim, se a sentença contiver diferentes capítulos, em relação a diferentes litisconsortes, não tem legitimidade ativa aquele em relação a quem o mérito não foi julgado ou foi julgado favoravelmente.

Trata-se de litisconsórcio que o referido doutrinador menciona em seus ensinamentos sendo o litisconsórcio não-unitário. Porém, esta ressalva gera uma questão delicada para se definir se trata-se de litisconsórcio ativo facultativo ou litisconsórcio necessário. Partindo-se do pressuposto de que somente um litisconsorte ingressa com Ação Rescisória, necessário saber se os demais litisconsortes integram a relação processual da Ação Rescisória e, no caso da desconstituição abranger os demais litisconsortes, verificar como essas pessoas devem se integrar na relação processual. Assim uma vez desconstituída a coisa julgada, não pode esta ocorrer em relação a alguns litisconsortes, exceto se o pedido da desconstituição não se referisse a este litisconsorte que esta alheio aos efeitos da aludida desconstituição.

Assim conclui-se que se o litisconsórcio foi unitário no processo original, isso refletirá na relação processual formada com o ajuizamento da Ação Rescisória. Retornando-se ao entendimento de que se a sentença do processo originário for constitutiva ou declaratória, pode concluir que o que era unitário e monolítico no processo original, projete-se, assim, na Ação Rescisória não só em razão do juízo

rescindente como também em razão do juízo rescisório.

Nos termos do artigo 495 do CPC, é de dois anos o prazo para ajuizamento da ação rescisória. Trata-se de prazo decadencial, que não se sujeita à interrupção ou suspensão, sendo irrelevante o ajuizamento de ação rescisória anterior. Destarte, diante da inobservância do aludido prazo, a extinção do processo sem resolução do mérito é medida que se impõe. Assim a partir do trânsito em julgado, o legitimado terá 2 (dois) anos para ingressar com a Ação Rescisória. Após este prazo, estará, segundo a lei, extinto o direito de ajuizamento da referida ação. Todavia, existem alguns casos excepcionais onde se conseguirá rescindir a coisa julgada mesmo após este prazo, como, por exemplo, nos casos em de reconhecimento ou negativa de paternidade que tenham transitado em julgado no passado, mas após o surgimento do exame de DNA o resultado tenha sido comprovadamente diverso.

A legitimidade passiva pode ocasionar a inclusão no polo passivo da Ação Rescisória, sujeitos que não quiseram se envolver em uma nova demanda, seja pelo fato de não interessar para esses sujeitos a rescisão do julgado anterior com o fim de eventualmente ser proferido novo julgamento, o qual poderá lhes ser menos favorável. Ainda, pode acontecer que sujeitos que tenham atuado na ação originária e tenham legitimidade e interesse para figurar no polo ativo da Ação Rescisória, não o tenham interesse. Não é necessário que as partes que litigaram na ação originária atuem na Ação Rescisória.

O limite da rescisão é fixado pelo Autor da Ação Rescisória, o demandante, é quem requer não só a rescisão do julgado originário de mérito transitado em julgado, como também, se assim requerer novo julgamento da rescisão rescindida de maneira que seja mais favorável.

## 2.4 DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS QUE JULGAM O MÉRITO

Em análise do artigo 485 do Código de Processo Civil, este menciona que as decisões interlocutórias que acabam por enfrentar o mérito podem ser rescindidas através de Ação Rescisória, contudo o mérito somente será analisado ao final do processo na sentença, acordam, assim ficaria inviável tal pedido.

De acordo com a letra da lei e com o raciocínio de que o mérito somente será enfrentado realmente no final do processo (na sentença ou no acórdão), essa

possibilidade seria inviável. Cabe assim o posicionamento de Márcia Conceição Alves Dinamarco, 2004. p. 38, que compartilha desse entendimento, considerando passível de rescisão somente as sentenças de mérito:

A classificação e a definição dos pronunciamentos judiciais, adotadas pelo Código de 1973, são muito elogiadas pela doutrina, inclusive pelo fato de relacionarem os pronunciamentos judiciais com o correspondente recurso: (a) das sentenças caberá apelação – arts. 513 e ss, CPC; (b) das decisões interlocutórias caberá agravo, seja na forma retida ou de instrumento – arts. 522 e ss, CPC; e (c) os despachos são irrecorríveis – arts. 504, CPC. Ademais, diferentemente do que ocorria com o Código de 1939, ficam afastadas em grande parte as dúvidas com relação à natureza jurídica dos pronunciamentos judiciais, servindo inclusive de subsídio importante para que se possa apontar com segurança qual é o objetivo da ação rescisória.

Salienta-se que o mérito refere-se ao pedido, enquanto questões de mérito correspondem aos aspectos de fato e de direito atinentes à relação de direito material, que se tornam controvertidos. Sendo assim, nota-se que as questões de mérito são anteriores ao julgamento do mérito.

O cabimento da Ação Rescisória, além do trânsito em julgado, é, sobretudo, o conteúdo do ato judicial, esse é fator determinante para a cassação de um ato através de Ação Rescisória é ter analisado o mérito enquanto pedido, de modo a produzir efeitos externos ao processo.

De modo sintetizado, pode-se dizer que, a decisão a ser rescindida pode ser ou não interlocutória, se ela julga ou não o mérito da lide. O que importa é se a rescindenda está afetando o mérito, caberá a Ação Rescisória, ainda que não se trate de sentença ou acórdão, tendo em vista que essa decisão estará produzindo efeitos fora do processo.

Ressalta-se que esta medida eventualmente poderá ocasionar a suspensão do processo, com base no artigo 265, inciso IV, alínea “a” do Código de Processo Civil.

### **3 DIFERENÇAS ENTRE AÇÃO RESCISÓRIA, RECURSO E AÇÃO ANULATÓRIA**

#### **3.1 DIFERENÇA ENTRE AÇÃO RESCISÓRIA E RECURSO**

Para que se admita propositura da ação rescisória, é preciso que haja, além das condições da ação e dos pressupostos processuais, a presença dos seguintes requisitos:

Existência de uma decisão de mérito transitada em julgado, cuja é motivo de inconformismo. A configuração de um dos fundamentos de rescindibilidade previstos no art. 485 do CPC (correspondente ao art. 966 do NCPC); e o prazo decadencial de 2 anos previsto no art. 495 do CPC (correspondente ao art. 975 do NCPC), alterado pela súmula 401/STJ.

Para a interposição de um Recurso é necessária a existência de litispendência (quando o processo está pendente). Para o ajuizamento da Ação Rescisória é pressuposto a existência de coisa julgada material (que ocorre justamente quando não há litispendência). A litispendência tem por objetivo impedir que seja ajuizada ação idêntica a anteriormente ajuizada, perante o mesmo juízo, podendo ser caracterizada quando são ajuizadas duas lides judiciais sobre o mesmo objeto, com as mesmas partes, porém perante juízos distintos.

O Recurso parte do inconformismo com a decisão prolatada estende o processo, devolvendo a análise da questão ao órgão competente, e enquanto existir a possibilidade de uma decisão ser modificada ou revogada através de um Recurso, esta decisão não transitará em julgado. Assim, uma decisão só transita em julgado quando não couber mais quaisquer Recurso.

Ressalta-se que, segundo a súmula 514/STJ “Admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenha esgotado todos os recursos”.

Falando sobre impugnação de decisão judicial, destaca-se os comentários de Flávio Luiz Yarshell, 2005. p. 29.:

É certo, a esse propósito, que o direito brasileiro, diversamente de outros sistemas, desconhece recursos (aqui, entendidos em seu sentido estrito) que sejam exclusivamente providos da função rescindente (de cassação). Mesmo no caso dos recursos especial e extraordinário, que tutelam o direito objetivo e nos quais, por isso mesmo, o âmbito de devolução é restrito a questões de direito, os tribunais superiores competentes para julgá-los não se limitam à mera cassação do ato impugnado: conhecendo do recurso, compete-lhes julgar a causa, aplicando o direito à espécie. Portanto,

também neles haverá quando menos potencialmente, um juízo rescindente (de cassação) e um juízo rescisório (de substituição).

Assim, o que diferencia o Recurso da Ação Rescisória é que aquele, quando tempestivo e devidamente preparado, impede o trânsito em julgado, possuindo natureza jurídica de procedimento. Os recursos obstam a preclusão.

Na Ação Rescisória, típico caso de exercício do direito de ação objetiva um novo pleito visando a desconstituição da decisão atacada e prolação de nova decisão, formando-se, um novo processo, uma nova relação jurídica. A Ação Rescisória visa superar a preclusão ocorrida.

### 3.2 DIFERENÇA ENTRE AÇÃO RESCISÓRIA E AÇÃO ANULATÓRIA

Não são todos os atos judiciais que podem sofrer rescisão através de Ação Rescisória. Alguns atos judiciais podem ser rescindidos com base no Código Civil, isto é, através de Ação Anulatória ou de Ação Declaratória de Nulidade. Há casos em que a decisão que deve ser desconstituída não é decisão de mérito, não transitou em julgado, ou seja, é apenas homologatória. Nestas situações, a desconstituição das decisões homologatórias e/ou dos atos jurídicos (processuais ou não) devem ser realizados pelo ajuizamento de Ação Anulatória.

Não se pode esquecer que a coisa julgada incide somente sobre o dispositivo da sentença, como bem explica Luiz Guilherme Marinoni, (2014. p. 707):

A sentença homologatória é, pois, como observa PONTES DE MIRANDA, ato jurídico processual transparente, porque nada acrescenta ao ato homologado, limitando-se a atestar a conformidade formal deste ato com os ditames do Direito. Dessa forma, como mera certificação formal, sem qualquer avaliação do conteúdo do ato jurídico homologado, é certo que essa sentença propriamente não sente (não julga) nada. Cinge-se a atribuir ao ato jurídico os efeitos típicos de atos judiciais, porque aquele ato, na ótica do Estado, reveste-se dos requisitos formais necessários. O ato jurídico é, assim, reconhecidamente, ato jurídico perfeito.

Nessa situação, nota-se que a sentença homologatória, por não ser capaz de analisar o mérito, restringe-se a reconhecer que o ato que fora realizado enquadrava-se aos parâmetros e as determinações legais. E é por este motivo que a força dessas sentenças (homologatórias) consiste no ato jurídico perfeito reconhecido formalmente por ela, correspondendo este (ato jurídico perfeito) a que seria a coisa julgada.

Pode-se observar que há diferenças entre sentença meramente homologatória e sentença que tenha uma homologação com fundamento. No caso de sentença meramente homologatória a via judicial cabível para desconstituição do ato judicial é a Ação Anulatória. No caso da homologação ser apenas o fundamento da sentença, a desconstituição deverá ocorrer através da Ação Rescisória, visto que analisará o mérito.

Contudo, mesmo não sendo o objetivo da Ação Anulatória a desconstituição dos atos contidos na sentença homologatória, os efeitos dessa anulação afetarão a própria sentença homologatória. Desta feita, pode-se concluir que se a sentença se restringe a homologação – seja de renúncia, de transação ou de reconhecimento – deverá ser rescindida através de uma Ação Anulatória do ato jurídico que a reveste. Todavia, se a sentença julgar o mérito deverá ser rescindida através de uma Ação Rescisória.

#### 4 DA COISA JULGADA

Umas das formas que o legislador expressou sua preocupação em garantir a estabilidade social e a segurança jurídica, e que se estabelecesse a coisa julgada como forma de concretização dos atos processuais. Esta garantia desta está prevista no artigo 5º, inciso XXXVI da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual dispõe:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residente no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

[...]

Sendo assim, a coisa julgada é uma consequência da apreciação judicial de uma relação jurídica que tenha sido definitivamente decidida, estabelecendo valor entre os litigantes no processo judicial onde foi proferida a decisão transitada em julgado. Ocorre que, considerando-se ser a sentença dividida em 3 (três) partes – relatório, fundamentação e dispositivo – pode se mencionar que como somente o dispositivo é que contém a decisão propriamente disto, só ele transita em julgado.

Quanto a questão que a coisa julgada pode ser formal ou material, insinua-se em coisa julgada formal ocorre quando da decisão prolatada não cabe mais recurso, cujos efeitos estão dentro do processo; enquanto a coisa julgada material ocorre quando a decisão torna-se indiscutível, isto é, imutável dentro e fora do processo judicial. O fato dos efeitos da coisa julgada recair sobre a parte dispositiva da sentença corresponde aos limites objetivos da coisa julgada, até que esses efeitos atinjam as partes integrantes do processo e conseqüentemente atinjam também terceiros, configura os limites subjetivos da coisa julgada.

Consoante ensinamentos de Luiz Guilherme Marinoni, (2014. p. 698), a coisa julgada:

visa tornar imutável e indiscutível a sentença de mérito, a partir de sua preclusão no processo. A decisão de recorrer ao instituto da coisa julgada parte de opção feita pelo legislador, no sentido de fazer preponderar a segurança das relações sociais sobre a chamada 'justiça material'. Esta opção, porém, se efetivamente é dominante no processo civil atual (brasileiro e também da ampla maioria dos sistemas de direito comparado) não representa uma alternativa abraçada incondicionalmente.

Quanto aos efeitos da ação rescisória bem se posiciona o doutrinador Elpídio

Donizetti (2011, p. 821):

Sendo constitutiva, a ação rescisória apresentará, em regra, efeitos ex nunc. É possível, contudo, que apresente efeitos retroativos (ex tunc), como ocorre na hipótese do art. 574 do CPC, que prevê o ressarcimento do devedor pelos danos decorrentes da execução quando declarada inexistente, por exemplo, via ação rescisória, a obrigação que deu lugar à execução. No âmbito da teoria das nulidades, a sentença rescindível não é nula, mas apenas anulável. O que é nulo, independentemente de desconstituição judicial, nenhum efeito produz. No caso de sentença rescindível, é apenas anulável, porquanto produz todos os seus efeitos, enquanto não transitado em julgado o acórdão que decreta a sua desconstituição.

#### 4.1 FLEXIBILIZAÇÃO DA COISA JULGADA

O presente capítulo pretende dissertar sobre a segurança das relações jurídicas e sobre os institutos do direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Um dos meios para que ocorra a relativização da coisa julgada é a ação rescisória, instituto que visa desconstituir a sentença transitada em julgado.

Segundo CINTRA, GRINOVER, DINARMARCO, (2004, p.315):

A relativização da coisa julgada material é uma tese extremamente polêmica, que nasceu no seio do Superior Tribunal de Justiça (Min. José Delgado) e que, mesmo entre os que a aceitam, só é defendida em casos realmente extraordinários. Essa tese parte da premissa de que nenhum valor constitucional é absoluto, devendo todos eles ser sistematicamente interpretados de modo harmonioso e, conseqüentemente, aplicando-se à coisa julgada o princípio da proporcionalidade, utilizando para o caso de colisão entre princípios constitucionais. Esse princípio significa que, em caso de conflito entre dois ou mais valores tutelados pela Constituição, deve-se dar prevalência àquele que no caso concreto se mostre mais intimamente associado à índole do sistema constitucional. Assim, segundo parte da doutrina seria possível desconsiderar a coisa julgada, em processo próprio, para que prevaleça outro bem constitucionalmente tutelado, de índole material”

A necessidade e a viabilidade de relativização da coisa julgada, mesmo sendo esta afeta a matéria de ordem pública é tema de discussão. É motivo de divergência a possibilidade de desconsideração da coisa julgada, sem o ajuizamento de uma Ação Rescisória, quando esta possuir vício gravíssimo. Nesta situação cabe citar o exemplo o caso de uma Ação de Investigação de Paternidade com sentença transitada em julgado antes do advento do exame do DNA, que agora possa vir a comprovar exatamente o contrário da decisão proferida anteriormente. Desta forma, não ha como prevalecer a imutabilidade.

Busca-se proteger a coisa julgada e, a fim de manter a segurança jurídica



para tanto, é necessário para que se estabeleça um resultado final e definitivo de um julgamento. De outra forma, deve se considerar a Justiça e o Direito, segundo os quais a sociedade não pode aceitar a permanência de uma decisão, ainda que transitada em julgado, visto que contraria literal disposição de lei ou que seja injusta.

Embora a coisa julgada seja importante meio de tornar eficaz o julgamento dado ao processo existem situações extremamente excepcionais nas quais a coisa julgada representa enorme injustiça e afronta a princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro, de forma que a criação de meios para revisão da coisa julgada torna-se essencial. Assim foram criados em nosso ordenamento jurídico uma via para a resolver esta problemática, sendo o principal deles a Ação Rescisória.

Se possibilitado que a coisa julgada seja flexibilizada, a segurança jurídica decorrente dessa manifestação jurídica não necessita ser abalada, pois para se conseguir essa relativização da coisa julgada, não é necessário interpretar-se analogicamente o rol taxativo do artigo 485 do Código de Processo Civil, até porque o ordenamento jurídico brasileiro dispõe que não é cabível interpretação analógica se existir previsão legal expressa.

Teresa Arruda Alvim Wambier, 2013. p. 48, esclarece que:

É imperioso, portanto, que a solução pela qual se venha a optar, atenda ao mesmo tempo aos anseios da comunidade, no sentido de que o processo não deve gerar uma 'verdade' diferente da verdade 'real' [...], e não ofenda instituto essencial para o Estado de Direito, já que se trata de figura umbilicalmente conectada à idéia de segurança, sem a qual o Direito praticamente deixa de existir

O ideal também seria que as em sugestões referentes à flexibilização da coisa julgada através de ação rescisória, sem que sejam prejudicadas suas características ou diminuída sua importância, fossem adotadas e colocadas em prática, uma vez que indicam a necessidade e possibilidade de:

[...] atribuir-se maior abrangência a alguns incisos do artigo 485 do CPC, admitindo o uso da ação rescisória em hipóteses em que tradicionalmente esta medida não seria aceita; ainda no plano da rescindibilidade, reconhecer-se que, às vezes, seria rigorosamente 'injurídico' considerar-se que o prazo decadencial de dois anos, dentro do qual a rescisória pode ser proposta, teria começado a contar do momento em que se teria formado a coisa julgada, já que, à essa época, a parte não poderia ter intentado a ação rescisória."

## 4.2 PRINCÍPIOS RELEVANTES

Dentro da análise dos princípios basilares para propositura da ação rescisória, como forma de reversão de ação judicial que ofendam a justiça social e o direito, pode-se mencionar o princípio da proporcionalidade que preceitua que coisa julgada não deve gozar de valor supremo e absoluto ou outros valores que tenham o mesmo nível hierárquico, já que ela é apenas um dos valores protegidos pela Constituição Federal e tem por finalidade precípua equilibrar os direitos individuais com os anseios da sociedade.

Já no princípio da Legalidade não é possível intentar proteger a coisa julgada a uma sentença alheia do direito positivo, pois o poder do Estado deve ser exercido nos limites da lei. De forma a estabelecer que a administração pública não haja contra a lei ou além da lei, só podendo agir nos estritos limites da lei. Este princípio ressalta a supremacia da lei escrita com o fim de evitar arbitrariedades por parte do Estado.

No princípio da Instrumentalidade do processo, se analisado sob a ótica instrumental, só tem sentido quando o julgamento for baseado nos ideais da Justiça e de forma adequada à realidade.

Assim, diante da existência de outros princípios que também são merecedores de proteção tanto quanto a coisa julgada, se esta conflitar com algum outro princípio, a coisa julgada poderá ceder para prevalência deste.

Quanto à decisão declaratória de inconstitucionalidade não atingir a coisa julgada, não se pode esquecer que esta possui status de princípio constitucional e que prevalecerá sobre as normas infraconstitucionais que tentarem cancelá-la.

Existem casos em que somente após o término do processo é que se verifica a discordância entre o que fora declarado na sentença e a realidade. Essa situação que merece especial atenção, em razão de oportunizar condutas proveitosas por parte daqueles que já tiveram seus direitos apreciados e rejeitados, e em cuja lide já tenham sido produzidas e valoradas provas.

Este tipo de atitude é mais comum por parte do Estado, que diante da vantagem de não precisar pagar o depósito de 5% (cinco por cento) necessário para o ajuizamento de Ação Rescisória, a propõe com o objetivo de rediscutir fatos que já foram analisados e comprovados, em situações onde a ação não é cabível e que corresponde apenas a mero inconformismo com a decisão já transitada em julgado.

#### 4.3 A SÚMULA 401 DO STJ E ALTERAÇÕES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Conforme a análise de Flávio Cheim Jorge, 2008, acesso em 12/12/2015, sobre a Súmula 401 do STJ.

O PRAZO DECADENCIAL DA AÇÃO RESCISÓRIA SÓ SE INICIA QUANDO NÃO FOR CABÍVEL QUALQUER RECURSO DO ÚLTIMO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL”.

O STJ editou a Súmula n. 401, cujo enunciado é o seguinte: “O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial”. Esta Súmula teve como fundamento 12 precedentes do próprio tribunal, que em oportunidades anteriores se manifestou a respeito do prazo inicial para a fluência do biênio para o ajuizamento da ação rescisória.

É de se notar que a análise e interpretação dos citados precedentes consolidam o entendimento de que não há possibilidade de fracionamento da sentença ou acórdão, capaz de ensejar o trânsito em julgado parcial. Significa dizer: ainda que a exista mais de um capítulo, para efeito de fluência do prazo recursal, a sentença rescindenda será vista como um todo indivisível.

Desta feita, somente a partir da preclusão temporal ocorrida no julgamento do último recurso é que começa a fluir o prazo de 2 anos para a ação rescisória.

De outro lado, outra questão abordada pelos acórdãos que deram origem à Súmula 401 diz respeito ao efeito ex-nunc do juízo de admissibilidade dos recursos.

Como já tivemos oportunidade de abordar em outras oportunidades, a despeito da natureza declaratória da decisão que não conhece (admite) do recurso, o efeito dela decorrente será ex-nunc. Isto é, o prazo para o ajuizamento da ação rescisória somente começa a fluir a partir do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, ainda que se discuta exclusivamente esse requisito de admissibilidade.

A ratio essendi de tal entendimento reside basicamente em duas ordens: (i) a parte não pode ser prejudicada pela demora do Judiciário que deixa de decidir essa questão em prazo maior do que 2 anos; (ii) não se pode exigir da parte o ajuizamento de ação rescisória condicional. Aliado a esse entendimento, compreende-se que sendo o recurso manifestamente inadmissível (intempestivamente flagrante ou falta de preparo), o efeito não deve ser ex-nunc, mas sim ex-tunc, sob pena de se privilegiar o recorrente desonesto que se utiliza de remédio recursal sabidamente inadmissível.

Com efeito, quanto a essa última questão, impende ressaltar que em 4 julgados o STJ ratificou esse entendimento (REsp. 639.233, Rel. Min. José Delgado; Emb. Div. 441.252, Rel. Min. Gilson Dipp; REsp. 841.592, Rel. Min. Luiz Fux; REsp. 765.823, Rel. Min. Herman Benjamin). (REsp. 543.368, Rel. Min. Castro Meira), o STJ desconsiderou a manifesta intempestividade como causa apta a fazer fluir imediatamente o prazo para o ajuizamento da ação rescisória. O Relator entendeu que, mesmo sendo intempestivo o recurso, não se poderia exigir da parte o ajuizamento da rescisória, enquanto não houvesse a conclusão de todos os passos dados na tramitação do feito.

Apesar desse registro, não se pode negar que essa última interpretação, dada pelo REsp. 543.368, reflete entendimento isolado, que restou inclusive desconsiderado posteriormente em julgados da própria 2ª Turma (REsp. 765.823) e também da Corte Especial (Emb. Div. 441.252).

Em resumo, portanto, há que se considerar que o enunciado da Súmula 401 do STJ, contempla o entendimento consolidado do Superior Tribunal de

Justiça a respeito de duas questões:

- (i) a coisa julgada não se forma parcialmente, ante a impossibilidade de fracionamento da sentença. O prazo para o ajuizamento da ação rescisória se conta do trânsito em julgado da última decisão proferida, ainda que a sentença possua capítulos autônomos e independentes;
- (ii) o recurso não conhecido terá o condão de impedir a fluência do prazo recursal, já que a decisão a esse respeito possui eficácia *ex tunc*. Constitui exceção a tal regra, o recurso manifestamente inadmissível (intempestivamente flagrante ou falta de preparo), hipótese em que o prazo começará a fluir a partir da prolação da decisão alcançada pela coisa julgada material.

A discussão gerada sobre o prazo de decadência para propositura da ação que a princípio era de dois anos, isso após o trânsito em julgado da decisão que se deseja rescindir (art. 495 do Código de Processo Civil). Para tanto, não basta somente o inconformismo ou não aceitação do resultado da decisão atacada, afinal todos os recursos ali previstos já foram utilizados ou deixaram de ser interpostos nos prazos legais. A Súmula 401, do STJ, alterou o art. 495 do Código de processo civil que dispõe que o “direito de propor ação rescisória se extingue em dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão” ao determinar que o prazo é decadencial, que os dois anos devem ser contados a partir da última decisão, impassível de recurso, proferida no processo.

Em casos que no mesmo processo contenha mais de uma decisão de mérito, cada decisão de mérito, poderá sofrer revisão através de ações autônomas rescisórias. Bem como, poderá o processo ter cumulação de demandas e consequentemente capítulos independentes prolatados na sentença, não há impedimentos legais que querendo, a parte condenada em vários (dois ou mais) pedidos formulados pelo autor, recorra apenas de um deles.

A parte da decisão de mérito que restou irrecorrido, ao transitar em julgado, é passível de reanálise jurídica via Ação Rescisória, cujo biênio decadencial se inicia a partir do trânsito em julgado.

Sobre essa questão, o ministro do STJ Peçanha Martins no julgamento em 2003, Embargos de Divergência 404.777-DF, passou ao entendimento de que: “Sendo a ação una e indivisível, não há que se falar em fracionamento da sentença/acórdão, o que afasta a possibilidade do seu trânsito em julgado parcial. Assim, conforme o disposto no artigo 495 do CPC, o direito de propor a ação rescisória se extingue após o decurso de dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa”. Tem-se o indevido acréscimo à regra do artigo 495: “da última decisão proferida na causa”, fazendo jus a afirmação de Rui

Barbosa, que a alteração repentina de um artigo de lei ou a modificação de uma orientação jurisprudencial sedimentada tem a potencialidade de derrubar uma biblioteca inteira.

A contradição da Súmula 401/STJ, é no sentido que o sumulado conspira contra a lei (artigo 495 do CPC), contra a garantia da coisa julgada constante no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal, que traz “ Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; conseqüentemente, atenta contra a segurança jurídica.

O exame destas orientações em face das súmulas revela duas preocupações fundamentais sendo a primeira, que em qualquer circunstância, a supremacia da Constituição e a sua aplicação uniforme a todos os destinatários; a segunda, a de preservar a sua autoridade de guardião da Constituição, de órgão com legitimidade constitucional para o julgamento definitivo em temas relacionados com a interpretação e a aplicação da Supremacia da norma constitucional, tratamento igualitário e autoridade do STF são valores associados, entre os quais há relação de meio e fim, dos quais deve se lançar mão para solucionar os problemas atinentes à rescisão de julgados em matéria constitucional. Nesse sentido, busca-se um o saneamento da controvérsia, bem como sua aplicabilidade no plano processual.

O Novo Código Civil 2015, altera disposições sobre a matéria rescisória, um aperfeiçoamento da redação, o código não explana mais a rescindibilidade das “sentenças” de mérito, passa a tratar como “decisões” de mérito, transitada em julgado que podem ser rescindidas. Assim há possibilidade de rescisão das decisões transitadas em julgado que “não permitam a repositura da demanda ou impeçam o reexame do mérito”. A disposição é importante porque, a extinção do processo sem resolução de mérito por alguns dos fundamentos, por exemplo, falta de legitimidade, não permite a repositura da demanda, salvo se o vício for sanado. Assim, por exemplo, extinto o processo por falta de legitimidade ativa, só seria possível demandar novamente se o demandante fosse outro ou se surgisse algum fato superveniente capaz de atribuir legitimidade a quem não tinha, como seria o caso da edição de uma nova lei que atribuísse legitimidade extraordinária a quem antes era parte ilegítima.

Observa-se também o novo CPC, uma ampliação do rol dos pronunciamentos rescindíveis, previstos da seguinte forma:

Art. 978. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

I – se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;

II – proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;

III – resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;

IV – ofender a coisa julgada;

V – violar manifestamente norma jurídica;

VI – se fundar em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal, ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória;

VII – o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, obtiver prova nova, cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;

VIII – fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.

§ 1º - Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.

§ 2º - Nas hipóteses previstas nos incisos do caput, será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça:

I – Nova propositura da demanda; ou

II – admissibilidade do recurso correspondente.

§ 3º A ação rescisória pode ter por objeto apenas um (01) capítulo da decisão (Assim, esse dispositivo permite que a ação rescisória seja parcial, ou seja, direcionada a apenas um dos capítulos da decisão rescindenda).

§ 4º Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à anulação, nos termos da lei. (O comando desse dispositivo corresponde, portanto, ao art. 486 do CPC / 73: “Os atos judiciais, que não dependem de sentença, ou em que esta for meramente homologatória, podem ser rescindidos, como os atos jurídicos em geral, nos termos da lei civil.”)

O Novo CPC, prevê a rescindibilidade do provimento judicial que resulte de coação da parte vencedora em detrimento da vencida, demonstrado que o vencedor coagiu o juiz a decidir em seu favor, será possível a rescisão. Bem como no caso de colusão, simulação em que a nova redação do novo Código, tem a vantagem de eliminar a divergência com o vício de consentimento, capaz de induzimento ao erro, entre os que admitem a rescisão nos casos em que dá colusão resulta simulação.

Neste § 2º do art. 978 traz uma inovação referente à matéria, estabelecendo que seja possível a propositura da ação rescisória contra uma decisão que não tenha analisado o mérito, desde que ela não permita a repropositura da demanda ou impeça o reexame necessário. Esse parágrafo veio trazer uma modificação do cabimento da rescisória, posto que só seria cabível contra decisão de mérito, diferentemente do que expõe o referido enunciado. Demonstra que dessa decisão

que obsta a repropositura está maculada de um vício, em razão do art. 496 garantir que: “O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação” e diante desse vício seria necessário rescindir tal pronunciamento transitado em julgado para que a segurança jurídica fosse mantida.

O impedimento de nova proposição da mesma demanda está elencado nos parágrafos do referido art.496 pg 377, 2015:

§ 1º No caso de extinção em razão de litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 495, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à extinção do processo sem resolução do mérito.

§ 2º A petição inicial, todavia, não será despachada sem a prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado.

§ 3º Se o autor der causa, por três vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.

Ou seja, para que a decisão determinasse esse impedimento, seria necessário, primeiramente, o descumprimento do requisito de sanar o vício que ensejou a extinção do processo sem resolução do mérito, para que então, a parte fosse impedida de repropor a ação.

Quanto a leitura do termo “violar literal disposição de lei” trazia uma interpretação de que lei era aquela em seu sentido restrito, apenas as estabelecidas precipuamente, sendo possível sua identificação no art. 59 da Constituição Federal Brasileira:

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos;

VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Neste inciso V dos referidos textos normativos, percebe-se a mudança do termo “lei” pela “norma jurídica”. Essa alteração trouxe significativas mudanças, face a ampliação dos tipos jurídicos que poderiam ser objeto da rescisória. O termo “lei” traz uma interpretação referente aos tipos de enunciado normativos que poderiam ser tidos como fundamento, visto que estes termos são expostos no art. 59 da CF que trata do processo legislativo e trazem quais são os tipos de leis admitidos no país. Já o termo “norma jurídica” deve ter sentido amplo, contribuindo com a

interpretação do Tribunal da Cidadania, nessa nova concepção é possível adequar outros meios que detenham um conteúdo jurídico e que seja pertencente ao ordenamento jurídico. Assim, cabe também o entendimento de que súmula vinculante é norma jurídica, na medida em que detém força de lei e aplicação vinculativa de outros órgãos do poder judiciário e da administração pública.

Outra alteração constante no Novo Código diz respeito a rescisão pela descoberta de documento inédito. Exige-se, pelo disposto, que o documento tenha sido obtido “posteriormente ao trânsito em julgado”. Contudo a conforme disposição atual, onde o documento precisara ter sido obtido após o último momento em que teria sido possível sua produção no processo (ainda que isso se tenha dado antes do trânsito em julgado). Não faz sentido vedar o uso, em ação rescisória, de documentos que, pelo momento de sua obtenção, não poderiam ser usados no processo.

Por fim, chama atenção o fato de que desaparece, do rol das causas de rescisão, o caso de haver “fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou sentença”. A eliminação dessa regra eliminará outra grande divergência doutrinária, fazendo com que nesses casos, passe a ser cabível “ação anulatória” e não ação rescisória. Elimina-se, pois, a exceção à regra segundo a qual é através de “ação anulatória” que se impugnam os provimentos jurisdicionais meramente homologatórios que contenham algum vício.

#### 4.4 DO PRAZO DECADENCIAL DO DIREITO A RESCISÃO

Quanto ao prazo decadencial para o exercício do direito à rescisão continuará, nos termos do Novo código, a ser de dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão rescindenda. Há, porém, novos dispositivos que trazem solução para alguns problemas. No Novo Código de Processo Civil, que no caso de o prazo decadencial expirar durante férias forenses, recesso, feriado ou outro dia qualquer em que não haja expediente forense, fica o prazo automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil imediatamente subsequente. Isso evita uma diminuição do prazo útil nos casos em que por exemplo, o biênio decadencial terminaria em um final de semana. Neste caso, em vez de considerar que o último dia do prazo foi sexta feira anterior, prorrogar-se o prazo até a segunda-feira seguinte.



Outra importante novidade está na previsão de dois casos nos quais o termo inicial do prazo decadencial não será o momento do trânsito em julgado do provimento jurisdicional rescindendo. O primeiro deles é o caso de ação rescisória fundada na descoberta de prova nova. Nesta hipótese, o termo inicial do prazo será a data da descoberta da nova prova. Nesses casos seria ideal que se estabelecesse, para casos assim, um limite temporal máximo, contado do trânsito em julgado. Assim, por exemplo, no caso em a prova nova seja descoberta vinte anos depois do trânsito em julgado da sentença. Pelo sistema proposto, haverá ainda dois anos para ajuizar-se a ação rescisória; de todo modo o Novo CPC tem o mérito de eliminar a regra do termo inicial fixo que, no caso da rescisória fundada em prova nova, pode levar a tremendas iniquidades. O segundo caso é o da ação rescisória proposta pelo Ministério Público com fundamento na existência de colusão entre as partes. Nesse caso o termo inicial do prazo será a ciência, pelo MP, da fraude.

Por fim, o legislador elimina os equívocos hoje existentes a respeito do termo inicial do prazo nos casos de decisão parcial de mérito e de recurso parcial (quando um capítulo da decisão transita em julgado e outro é impugnado por recurso). Segundo o novo CPC, no caso da decisão resolver apenas uma parcela do mérito (que por exemplo, se tivesse tornado incontroversa), o termo inicial do prazo decadencial do direito a rescisão desta decisão parcial e o seu próprio trânsito em julgado (e não o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo). De outro lado, no caso de recurso parcial, o prazo decadencial para o exercício do direito a rescisão do capítulo não impugnado corre desde logo, e não da última decisão proferida no processo. Afasta-se, assim entendimento anteriormente se criticou, predominantemente no STJ, a respeito de não poder separar a coisa julgada para fins de computo do prazo para ação rescisória.

## **5 PAGAMENTO DE 5% (CINCO POR CENTO)**

Segundo o texto legal que para a propositura da Ação Rescisória é requisito inicial o pagamento do depósito no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa pelo autor. Este depósito é o necessário para o interessado ingressar com a Ação Rescisória, e essa quantia poderá vir a ser retida a título de multa caso a ação proposta seja, por unanimidade dos votos, declarada inadmissível ou julgada improcedente (artigo 488, inciso II do Código de Processo Civil), onde esse depósito será convertido em favor do Réu. (artigo 494 do Código de Processo Civil).

Ressaltando que esse depósito é requisito de admissibilidade, mas não constitui preparo garantidor do juízo. Este valor, dito, “multa” objetiva coibir aventuras jurídicas que possam abalar a coisa julgada e a paz social.

Julgada procedente a Ação Rescisória ou ainda se o julgamento contrariar a pretensão autoral através de decisão não unânime, o valor do referido depósito será repassado para o Autor.

Ao propor a Ação Rescisórias, a parte que for reconhecidamente hipossuficiente financeiramente, juntando declaração do benefício da Justiça Gratuita ficará isenta deste depósito, isto embasado no princípio fundamental do acesso à justiça, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como a Lei de Assistência Judiciária Gratuita aos necessitados (Lei nº. 1.060/50).

### **5.1 AJUIZAMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A regra do depósito de 5% (cinco por cento) mencionado não aplica-se à União, ao Estado, aos Municípios, ao Ministério Público (artigo 488, parágrafo único do Código de Processo Civil), nem às autarquias vinculadas a essas entidades.

Ocorre que, segundo o princípio da isonomia que é um dos princípios constitucionais basilares do Direito deve ser estabelecida uma espécie de compensação das desigualdades entre as partes, a fim de se que se possa ter um julgamento equânime. Contudo, depreende-se que o legislador não considerou dessa forma, pois dispensou a Administração Pública do depósito de 5% (cinco por cento) para ajuizamento da Ação Rescisória.

Assim, fica o Estado, hiper-suficiente, capacitado para tanto, dispensado deste depósito, enquanto o cidadão brasileiro tem que suportar a lesão decorrente de decisão judicial transitada em julgado que, além do tempo para rever uma decisão judicial, arcar com o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da causa.

O cidadão brasileiro não obteve por parte do Poder Legislativo, a devida equiparação de condições com o Estado, arcando com essa situação de desigualdade, fruto de uma lesão causada por uma decisão do Poder Judiciário que deveria ser rescindida, mas que, muitas vezes não o será devido a hipossuficiência financeira do pretense Autor da Ação Rescisória.

Outrossim, o Estado se aproveita desta isenção para ajuizar Ações Rescisórias, que possivelmente não seriam propostas, caso houvesse a necessidade deste depósito de 5% (cinco por cento) do valor da causa originária.

Assim, o Estado acaba prejudicando a parte contrária, a sociedade, contribuindo de sobremaneira para o aumento de volume dos processos que tramitam no Poder Judiciário causando morosidade, tumultuando o curso processual e prejudicando a prestação de uma tutela jurisdicional efetiva aos jurisdicionados que realmente necessitam.

## 5.2 DA SUSPENSÃO DA DECISÃO RESCINDENDA

Conforme o disposto no artigo 489 do Código de Processo Civil, “A ação rescisória não suspende a execução da sentença rescindenda”. E uma vez que a Execução se baseia numa decisão de mérito transitada em julgado e é justamente esse trânsito, que faz a coisa julgada, requisito essencial para o ajuizamento da Ação Rescisória e garantia constitucional prevista no artigo 5º, inciso XXXVI da Constituição da República Federativa do Brasil.

Os dispositivos legais acima justificam a impossibilidade de suspensão da execução da decisão transitada em julgada, contudo há posicionamentos divergentes com relação ao caráter da Execução, quando há o ajuizamento de Ação Rescisória de uma decisão que esteja sendo executada no processo originário.

Doutro norte não se admite que a propositura da Ação Rescisória torne uma Execução que era definitiva em provisória, considerando que o mero ajuizamento da Ação Rescisória por si só não implica em rescisão da coisa julgada. O caráter de

provisoriamente só será conferido à Execução da decisão rescindenda no caso da Ação Rescisória ser julgada procedente, como a Ação Rescisória consiste em ação autônoma cujo requisito essencial é a coisa julgada, seria um erro gravíssimo pacificá-la antes do julgamento da Ação Rescisória.

Alheios a esse pensamento defendem que é possível e cabível se executar definitivamente uma decisão transitada em julgado, ainda que esta esteja sendo objeto de Ação Rescisória, mesmo que a decisão que estiver sendo executada ocasionar danos irreparáveis ou danos de difícil reparação.

Diante dessa problemática, é que visam meios de lograr o caráter suspensivo aos atos executivos de decisão rescindenda, através de Mandado de Segurança, de Processo Cautelar ou de Antecipação da Tutela.

### 5.3 MANDADO DE SEGURANÇA

Quanto ao cabimento de Mandado de Segurança para suspender os atos executivos de decisão que esteja sendo objeto de Ação Rescisória é tema controverso. O Mandado de Segurança poderia ser utilizado em condições excepcionais, para que se obtenha efeito suspensivo aos atos praticados na Execução da decisão que está sendo pleiteada a Ação Rescisória, sob o argumento de que, tendo em vista a proteção constitucional da coisa julgada, somente um remédio constitucional como o Mandado de Segurança poderia atingi-la. A problemática nesta é com relação aos prazos, pois sendo o prazo do Mandado de Segurança de 120 (cento e vinte) dias e o prazo da Ação Rescisória de 2 (dois) anos, não teria como o Mandado de Segurança ser impetrado contra a decisão rescindenda, mas sim contra a decisão que indeferiu a concessão do efeito suspensivo à Execução da decisão rescindenda.

Márcia Conceição Alves Dinamarco, 2004. p. 108, entende não ser cabível o Mandado de Segurança contra atos executivos de decisão de mérito transitada em julgado que esteja em vias de ser rescindida, declarando que:

“Apesar de defendermos o cabimento do mandado de segurança ao lado dos recursos para imprimir efeito suspensivo a recurso desprovido desse efeito, entendemos não ser cabível a sua impetração ao lado da ação rescisória com o fim de suspender a execução da decisão rescindenda, por inadequado. Afinal para seu cabimento seria necessário provar de plano o direito líquido e certo, o que acabaria esvaziando a própria ação rescisória.”

Bem, se a propositura da Ação Rescisória ocorrer antes do transcurso dos 120 (cento e vinte) dias para a impetração do Mandado de Segurança, é melhor impetrar-se o Mandado de Segurança, visto ser mais célere. Caso já tenha passado o prazo decadencial previsto na lei (120 dias) para impetração do Mandado de Segurança, somente será cabível o ajuizamento da Ação Rescisória.

#### 5.4 PROCESSO CAUTELAR

A suspensão dos atos executivos de decisão rescindenda é mais um aspecto controvertido com relação. É cabível o ajuizamento de Processo Cautelar para obtenção de efeito suspensivo à Execução de decisão que também seja objeto de Ação Rescisória, vez que esta possibilidade baseia-se no fato de não afrontar a coisa julgada material (isso somente ocorre de forma plena após o decurso do prazo de 2 (dois) anos para ajuizamento da Ação Rescisória) e também porque o artigo 489 do Código de Processo Civil determina que a propositura da Ação Rescisória por si só não é o bastante para suspender os atos executivos, o que significa não ser possível, uma vez presentes os requisitos / pressupostos, se ingressar com demanda cautelar visando a suspensão da Execução.

Doutro norte, entende-se ser incabível a demanda cautelar para suspensão dos atos executivos da decisão rescindenda, declara que os requisitos necessários para a concessão de medida cautelar – *periculum in mora* e *fumus boni iuris* – são frágeis face ao “poder” e “soberania” da coisa julgada, para que possam suspender uma execução de decisão já transitada em julgado.

Ainda, que tange ao momento de formação da coisa julgada, discordando supor que só ocorre plenamente julgada após 2 (dois) anos do efetivo trânsito em julgado. Para eles, quando o trânsito em julgado ocorre, já está formada a coisa julgada e pronto, não havendo que se cogitar a sua relativização até o fim do prazo para rescisão desta decisão. Por fim entendem, ser ilegal a prolação de decisão liminar com fim de suspender a execução da decisão rescindenda no processo dito principal, pois isso estaria configurando uma antecipação de tutela e este foge do objetivo do processo cautelar.

## 5.5 ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

O pleito de pedido de antecipação de tutela nas Ações Rescisórias é perfeitamente cabível, preenchidos os requisitos necessários para qualquer pleito antecipatório de tutela (artigo 273 do Código de Processo Civil). Portanto, mesmo formulando-se pedido de antecipação de tutela em uma Ação Rescisória, são necessários a prova inequívoca e de verossimilhança das alegações; e fundado receio de dano de difícil ou de impossível reparação (*periculum in mora*), ainda quando houver abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.

Portanto, atendidos os requisitos legais e descartados os casos de descabimento de pedido de antecipação de tutela em Ação Rescisória, por consistir em um processo cognitivo, ação inicial, só que de competência originária dos tribunais.

Para Flávio Luiz Yarshell, (2005. p. 286):

a suspensão dos efeitos de decisão transitada em julgado por tutela de urgência não desconsidera a existência da coisa julgada. Até porque trata-se decisão marcada por caráter provisório e também excepcional. Não parece sequer ser preciso (embora não propriamente incorreto) dizer que a garantia da coisa julgada cede diante da garantia da inafastabilidade do controle jurisdicional: aquela é apenas e provisoriamente mitigada diante da probabilidade de que o julgamento venha a ser desconstituído. Sob ângulo diverso, a recusa à suspensão, nesse contexto, é que poderia ensejar insegurança jurídica

## 6 AÇÃO RESCISÓRIA DAS DECISÕES DOS JUIZADOS

Os Juizados Especiais na esfera estadual ou federal, constituem um micro – sistema jurídico dentro das respectivas Justiça. Embora não se reconheça uma vinculação entre os Juizados Especiais Federais e os Tribunais Regionais Federais e entre os Juizados Especiais Estaduais e os Tribunais de Justiça dos Estados, os mesmos não aceitam o cabimento da ação rescisória, com previsão legal do artigo 1º da Lei 10.259/01 e do artigo 59 da Lei 9.099/95:

Art. 59 da lei 9099/95. Não se admitirá ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído por esta Lei.

Art. 1º da lei 10.259/01, Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos da Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência

Contudo há que se considerar as recentes decisões jurisprudenciais, segundo as quais pode-se concluir que é necessária a aceitação do ajuizamento de Ação Rescisória nas decisões dos Juizados Especiais Cíveis Federais e Estaduais.

Os artigos 1º da Lei 10.259/01 e do artigo 59 da Lei 9.099/95, confronta determinação constitucional prevista no artigo constitucional 108, inciso I, alínea “b” da Constituição da República Federativa do Brasil, que prevê que é de competência dos Tribunais Regionais Federais o julgamento de Ação Rescisória de julgados de seus juízes ou dos juízes federais de sua região. Bem como a competência das turmas recursais dos Juizados especiais é para julgamento de medidas processuais de natureza recursal, sendo este o caráter da ação rescisória.

Nesse entendimento de proibição de propositura de Ação Rescisória de julgados dos Juizados Especiais Federais estar-se-á contrariando expressa determinação legal, portanto, deve-se reconhecer a inconstitucionalidade do artigo 59 da Lei 9.099/95 por contrariar determinação prevista na constituição.

Neste sentido, segue trecho do artigo escrito por Alex Perozzo Boeira:

Neste ponto, impende frisar que, muito embora a Lei dos Juizados Especiais Federais contenha procedimento e disposições próprias, não tem força normativa para derogar a Carta da República, cujas normas, por natureza, revestem-se de supremacia.

[...]

Para a hipótese em estudo, tendo sido a decisão proferida por magistrado que se reveste da qualidade de Juiz Federal de Juizado Especial Federal – diga-se, juiz de 1º Grau de jurisdição -, sua vinculação ao órgão de

hierarquia superior que jurisdiciona a Região é decorrente e ínsita.

Note-se, ainda, que, a se perpetuar a tese do não-cabimento e da incompetência do Tribunal Federal para o processamento da lide, se estará a contrariar frontalmente o disposto no art. 98, I, in fine, da Carta Política, claro ao atribuir competência a turmas de juízes (Turmas Recursais) para o julgamento de recursos [...]

[...]

À luz do exposto, em estrita observância aos ditames dos arts. 108 (I, b) e 98 (I), ambos da CF/88, deve ser firmada a competência do respectivo Tribunal Regional Federal para o processo e julgamento da ação rescisória contra decisão proferida por Juiz Federal, investido de jurisdição em Juizado Especial Federal. (www.revistadoutrina.trf4.gov.br 1-1 p., acessado em 28/01/16)

Considerando ainda que os Juizados Especiais estaduais têm amplo atendimento jurisdicional na sociedade, e por outro lado a parte que está sofrendo indevidamente lesões oriundas de uma decisão do Poder Judiciário, assim é dever do Estado apreciar toda e qualquer lesão ou ameaça de lesão que o cidadão brasileiro esteja sofrendo (artigo 5º, inciso XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil). E em favor de um Estado Democrático de Direito, mais do que pela segurança jurídica, que se discute o cabimento de Ação Rescisória nos Juizados Especiais Cíveis.

Não há hierárquica entre os Juízes de Direito das Varas Cíveis e os Juízes de Direito dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, assim, se a decisão de um Juiz de Direito de uma Vara Cível que tenha enfrentado o mérito e já tenha transitado em julgado pode ser rescindida, preenchidos os requisitos legais, uma decisão igualmente de mérito, transitada em julgado, só que proferida por Juiz de Direito que atue em um Juizado Especial Cível Estadual, da mesma forma também deveria ser rescindida.

Trata-se de um tratamento desigual para os que necessitam de tal provimento. Ainda, a parte litigante no Juizado Especial Cível Estadual, geralmente hipossuficiente, é, menos merecedora de angariar uma reanálise justa e condizente com as normas e ditames do Direito, bem se “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (artigo 5º, caput da Constituição da República Federativa do Brasil), não se pode admitir que os cidadãos brasileiros sejam tão notoriamente discriminados e prejudicados por aquele que deveria garantir justamente o contrário desta situação.

Visto que, quando nos deparamos com decisões (sentença ou acórdãos) proferidas em sede dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais constando incorreções,



e pior, uma vez transitada em julgado alguma dessas decisões, a parte litigante que sofreu prejuízos com tal *decisum*, fica de “mãos atadas” para promover, porém legalmente vedada – Ação Rescisória.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia propôs uma análise crítica e ampla reflexão sobre ação rescisória, que no sistema processual, é forma de desconstituir a coisa julgada, destacando sua importância sobre as decisões que decidem a vida das partes litigantes, e suas finalidades, principais princípios e características, e ainda, alterações sofridas no Novo Código de Processo Civil.

A ação rescisória não existe com o intuito de afrontar ou enfraquecer a coisa julgada, mas exatamente o contrário, visto que sua finalidade é possibilitar a rescisão em casos que se enquadram em determinadas situações previamente eleitas pelo legislador. Essa ação, de competência originária dos tribunais, é cabível apenas em algumas hipóteses específicas, previstas na legislação, no NCPC, há alterações, mas a base da rescisória é a mesma (NCPC, art. 966).

A rescisória possibilita a normal formação da coisa julgada, mas torna possível a rescisão do julgado, se presentes determinados vícios. E, caso não houvesse tal instrumento, se não fosse possível afastar tais vícios, é provável que, do ponto de vista sociológico, a coisa julgada fosse indesejada. Mas, por certo, há prazo para a rescisória: dois anos contados do trânsito e que o novo código altera passando a contar dois anos da última decisão nos autos.

Considerando ser esse prazo por vezes insuficiente, a doutrina processual brasileira começou a sustentar a possibilidade de discussão do que restou definido pela coisa julgada, mesmo após a ultrapassagem do prazo para a ação rescisória – ou até mesmo sem a necessidade de se utilizar tal meio processual para desconstituir a coisa julgada.

Trata-se da teoria da “relativização da coisa julgada”, sendo que um de seus temas de maior destaque é a chamada “coisa julgada inconstitucional”. A expressão “relativização da coisa julgada” foi consagrada pela Professora DINAMARCO ao passo que suas origens remontam a discussões jurídicas pretéritas. Para os defensores desta corrente, em algumas hipóteses excepcionais, em que há verdadeira aberrações caso a decisão permaneça no mundo jurídico precedem de conceitos como moralidade e dignidade e outros princípios constitucionalmente garantidos, é de se admitir a revisão de tais julgados inaceitáveis, mesmo que a presente coisa tenha sido julgada e superado o lapso temporal para a utilização da rescisória. Essa relativização da coisa julgada vem sofrendo certa resistência à

possibilidade de relativização no NCPC. Não há menção expressa ao tema, menos ainda vedação à relativização. Porém, há dispositivos que enfraquecem a teoria da relativização, em tendência que valoriza a segurança jurídica e previsibilidade das relações, e que parece excelente, considerando a insegurança que a relativização, sem quaisquer limites, causa.

Nesse novo código Civil de Processo foi mantido o cabimento, pressupostos, legitimados e as hipóteses de admissão da ação rescisória com algumas alterações sofridas, como a decisão dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; decisão proferida por juiz impedido ou perante juízo absolutamente incompetente; decisão resultante de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; decisão que ofende a coisa julgada; decisão fundada em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal, ou seja, provada na própria ação rescisória; quando depois da sentença, o autor obtiver documento novo cuja existência ignorava, ou de que não pode fazer uso, capaz por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável, quando houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença; quando fundada a sentença em erro de fato, resultante de atos ou documentos da causa, isto é, erro de fato verificável do exame dos autos.

Dispõe o artigo 488, do Código de Processo Civil, que a petição inicial deverá ser elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 282, sendo ainda dever do autor: cumular ao pedido de rescisão, se for o caso, o de novo julgamento da causa; e depositar a importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente. Portanto, em conformidade com a regra inserta no artigo 488, inciso I, do estatuto processual civil, o autor, sempre que for o caso, deve cumular os dois “juízos”. Assim, a cumulação é obrigatória e não facultativa. O pedido de cumulação dos dois juízos, *rescindens* (de rescisão de sentença) e *rescisorium* (de novo julgamento da causa) se encontra implícito. Decorre da lei (“devendo o autor”) e da própria natureza das coisas porque, se foi rescindida uma decisão, outra deve substituí-la, para que não se omita a prestação jurisdicional. Contra, julgando extinto o processo, à falta daquele pedido: Por isso, entende-se ser desnecessária a formulação na inicial, de pedido expresso no sentido de que sendo acolhida a rescisória e “se for o caso”, o Tribunal julgue de novo a causa. Na hipótese de procedência da rescisória poderá acontecer: a) desnecessidade de novo

julgamento da causa principal (ex: voltará, quando fundada no art. 485-IV, a prevalecer a “coisa julgada” formada anteriormente à sentença rescindida, caso em que, geralmente, nada remanescerá para nova decisão); b) a necessidade de novo julgamento da causa principal. É competente para proferir o novo julgamento a mesma turma julgadora do *judicium rescindens* (art. 494), quer anule sentença, quer desconstitua acórdão de Câmara isolada. A única exceção se refere à hipótese de não ser (ao tempo da ação principal) ou já não ser (por motivo posterior) competente, em grau de recurso ou originariamente, para apreciar o *judicium rescisorium*. A turma julgadora, neste caso, se limitará a rescindir o acórdão ou a sentença e remeter os autos ao Tribunal competente para o novo julgamento. A rescisão, às vezes, pode se dar por motivo de nulidade preexistente à sentença ou acórdão, caso em que se reinicia o processo principal e, sanada a nulidade, prossegue. Destina-se a expressão “se for o caso” a evitar a supressão de um grau de jurisdição e se refere em exclusivo à hipótese em que, rescindido o acórdão, possa o tribunal proferir desde logo outro, em substituição, o que fará em seguida, no mesmo julgamento. Assim se a *causa petendi* da sentença rescindenda apoia-se em fatos, provas ou documentos tidos como falsos no *judicium rescisorium*, neste impõe-se novo julgamento da causa. Acerca do depósito há que se observar o seguinte: dispensa-se o depósito para o beneficiário de justiça gratuita. O beneficiário de justiça gratuita está dispensado do depósito e, se vencido, do pagamento de qualquer quantia, pois a Constituição Federal (art. 5º, inciso LXXIV) garante assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Entendimento em sentido contrário, viola o citado dispositivo constitucional.

A falta de depósito acarreta o indeferimento da inicial (artigo 490, II). O depósito insuficiente ou não complementado é causa de extinção do processo (art. 267, IV).

O novo código dispõe de maneira quanto à legitimação de parte para ação rescisória, afirmando que sua propositura pode partir de quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular; o terceiro juridicamente interessado; o Ministério Público, nos casos de omissão de sua audiência, quando era obrigatória sua intervenção, e quando a sentença é efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei. Art.485 CPC.

A parte do processo em que se deu a sentença tanto pode ser o autor como o

réu a ainda o assistente.

Se houver sucessor inter vivos ou mortis causa na relação jurídica que foi objeto da sentença, o sucessor da parte também é legitimado a propor a rescisória. Há uma particularidade com relação à sentença, baseada em confissão viciada por erro, dolo ou coação. Nesse caso especial, a legitimação é apenas do próprio confidente e só se transfere para herdeiros se o falecimento ocorrer após a propositura da ação.

O terceiro só será legitimado quando tiver interesse jurídico. Não é suficiente um simples interesse de fato. O Ministério Público, pode propor ação sempre que tiver sido parte no processo em que se proferiu a sentença. Poderá, ainda, manejar a ação, mesmo não tendo sido parte no processo, quando ocorreram as duas hipóteses do art. 485, inciso III do CPC.

O réu da ação rescisória será a parte contrária do processo em que se proferiu a sentença impugnada, ou seus sucessores.

Além dos pressupostos comuns para qualquer ação, à rescisória para ser admitida pressupõe dois fatos básicos indispensáveis: uma sentença de mérito transitada em julgado, a invocação de algum dos motivos de rescindibilidade dos julgados taxativamente previstos no código em seu art. 485, correspondente ao art. 966 do NCPC.

O rol de possibilidade de propositura da ação rescisória é taxativo e não comporta ampliação por interpretação extensiva ou por analogia. Isso não quer dizer que a ação rescisória seja a única capaz de desconstituir a coisa julgada material anteriormente formada. Há que se considerar a especialíssima hipótese da relativização da coisa julgada, segundo a qual, em simples palavras, se volta a defender valores maiores e colidentes com a garantia da coisa julgada, desconsiderando-a em favor daquilo que o próprio ordenamento jurídico considera mais relevante. Isso não quer dizer que a relativização da coisa julgada possa ser utilizada de modo ordinário. Ao contrário, ela é hipótese de exceção

A par desse rol e dos pressupostos, o cabimento da rescisória se sujeita em um prazo decadencial, pois o direito de propô-la se extingue em dois anos, contados a data do transito em julgado da última decisão.

A prevaricação revela-se em retardar ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

A concussão consiste em uma exigência para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, de vantagem indevida.

Já a corrupção é definida como solicitar ou receber para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida ou aceitar promessa de tal vantagem. Para que a rescisão seja favoravelmente acolhida não é necessário que o juiz tenha sido previamente condenado no juízo criminal. Permite que a prova do vício seja feita no curso da própria rescisória.

As condutas de concussão, corrupção e prevaricação são condutas criminosas previstas nos artigos 316, 317 e 319 do Código Penal respectivamente, sendo indispensável que o magistrado que proferiu a sentença rescidenda seja sujeito ativo de um desses delitos.

O novo código de processo faz distinção entre impedimento e suspeição. O impedimento proíbe o juiz de atuar no processo e invalida os seus atos, ainda que não haja oposição ou recusa da parte. A suspeição obsta a atuação do juiz apenas quando alegada pelos interessados ou acusada pelo julgador de ofício.

Admitida ação rescisória o código apenas cogitou o impedimento do juiz. Logo não há mais razão para a polêmica que se tratava ao tempo do velho código, sobre a possibilidade ou não de rescindir sentença proferida por um juiz suspeito.

Em matéria de rescisória, somente a sentença proferida por um juiz absolutamente incompetente é que dá lugar para ação do art.485, a limitação prende-se ao fato de que na hipótese de incompetência apenas relativa cabe a parte interessada o dever de excepcionar o juiz em tempo hábil, sob pena de prorrogar-se sua competência, tornando-se, assim, o juízo competente por força da própria lei. Há, na prática, portanto, uma verdadeira impossibilidade de prolação de sentença por juiz relativamente incompetente.

Quanto ao dolo da parte vencedora, compete às partes e seus procuradores proceder, no processo, com lealdade e boa-fé. Viola esse dever, a parte vencedora que haja impedido ou dificultado à atuação processual do adversário ou influenciando o juízo do magistrado, em ordem a afastá-lo da verdade.

O dolo da parte vencedora, invocável para rescindir a sentença abrange também, o dolo do representante legal e, naturalmente de seu advogado ainda quando sem o assentimento ou a ciência do litigante.

Torna-se indispensável, para êxito da rescisória, na espécie em exame, que

ocorra nexo de causalidade entre dolo e o resultado a que chegou a sentença, como se depreende do texto do art.485, inciso III do CPC.

Considerar-se á o fato de que o dolo autorizado da rescisória não abrange os atos de má-fé anteriores ao processo, mas apenas os dolos processuais, que vem a ser aquele praticado por meios de atos de litigância maliciosa durante a tramitação da causa em juízo.

A colusão para fraudar a lei, é um dos motivos de cabimento da ação rescisória, assim cabe ao juiz impedir que as partes utilizem o processo para obterem resultado contrário a ordem jurídica. Quando concluir o magistrado que as partes estão manejando a relação processual para praticar atos simulados ou conseguir fim proibido por lei devera proferir sentença que obste aos objetivos das partes. Nem sempre, porém, o juiz tem meios para impedir que os fraudadores atinjam o fim colimado.

São comuns os exemplos de colusão para obter anulação de casamento, fora dos limites permitidos por lei.

Podem promover a rescisória em tais casos, tanto os sucessores de qualquer das partes do processo fraudulento, o terceiro juridicamente interessado, como também o Ministério Público.

A coisa julgada, na definição do código, tem caráter de que se reserve à sentença já não mais sujeita a recurso, tornando-a imutável e indiscutível. Para as partes do processo, a sentença vem a ter força de lei nos limites da lide e das questões resolvidas. Após o trânsito em julgado, cria-se para os órgãos judiciários uma impossibilidade de voltar a decidir a questão que foi objeto da sentença.

Havendo conflito entre duas coisas julgadas, prevalecera a que se formou por último, enquanto não ser der sua rescisão para restabelecer a primeira.

O conceito de violação de literal dispositivo da lei, vem sendo motivo de controversas desde o código anterior. O melhor entendimento, para que a sentença proferida contra o literal, não é apenas a de que ofenda a letra escrita de um diploma legal, mas é aquela que ofenda flagrantemente a lei, tanto quando a decisão é contraria à lei, como quando proferida com absoluto menosprezo ao modo e forma estabelecidos em lei para sua prolação.

Mas, não é necessário que a sentença tenha sido cogitada da existência de uma regra legal e em seguida se recusado a aplicá-la. Nem se exige que a regra legal tenha sido discutida, de forma expressa, na sentença rescindenda. A sentença

que ofende literal disposição da lei é aquela que, implícita ou explicitamente, conceitua os fatos enquadrando-os a uma figura jurídica que não é adequada.

Quando o dispositivo dispõe que é cabível a propositura de ação rescisória quando a decisão transitada em julgada violar literal disposição de lei, o vocábulo lei tem uma acepção ampla, abarcando toda e qualquer norma jurídica de caráter geral e abstrata, tais como lei federal, lei estadual, lei municipal, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, decretos-lei, decretos legislativos etc. Entra ainda no conceito de lei, o direito estrangeiro, quando utilizado como fonte da norma e até mesmo a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito (A violação, por seu turno, deve ser literal, que salta aos olhos, não cabendo rescisória quando houver interpretações distintas da aplicação de uma mesma norma jurídica, pois nesse caso não será possível a visualização de uma violação literal, não cabe a propositura de ação rescisória contra jurisprudência pacífica ou súmula dos tribunais.

A sentença é rescindível sempre que baseada em prova falsa admitiu a existência de fato, sem o qual outra seria necessariamente a sua conclusão. Não ocorreria a rescindibilidade se houver outro fundamento bastante, para conclusão. Às vezes, a falsidade da prova pode atingir o fundamento apenas da decisão de um dos pedidos. Então a rescisão é rescisão parcial. O que foi julgado sem se apoiar em prova falsa, fica mantido a eficácia da sentença rescindente.

A prova da falsidade tanto pode ser apurada em processo criminal como a produzida nos próprios autos da ação rescisória. Se houver a sentença criminal declaratória da falsidade sobre esse vício não mais se discute na rescisória. A controvérsia poderá girar apenas sobre ter sido ou não prova falsa o fundamento da decisão rescindenda.

O novo código processual admitiu mais uma hipótese de rescindibilidade da sentença, que consiste na obtenção pelo autor da rescisória, após a existência da decisão rescindenda, de documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pode fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

A novidade do documento não diz respeito a sua constituição, mas a época de sua produção como prova em face do processo em que se deu a sentença impugnada. Na realidade e como regra, para admitir-se a rescisória é preciso que o documento já existisse ao tempo em que se proferiu a sentença.

Para fundamentar a rescisória, o documento terá que ser de relevante significado diante da sentença. Sua existência, por si só, deve ser causa suficiente



para assegurar ao autor da rescisória um pronunciamento diverso daquele contido na sentença impugnada e que, naturalmente, lhe seja favorável.

Cabe rescisória quando houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença.

Para êxito da rescisória não é suficiente que o ato jurídico seja passível de invalidação. É indispensável que a sentença tenha tido como base o ato viciado. Nas hipóteses de resistência ou transação, nenhuma dificuldade se encontra para a rescisória, porque a sentença, em tais casos, se limita a homologar uma autocomposição da lide. O negócio jurídico realizado pelos interessados será, sempre e forçosamente, a base da sentença.

Já com relação à confissão, torna-se imperiosa a demonstração de que a sentença rescindenda a deve por fundamento. Se a conclusão do julgador for extraída de convicção que preside da confissão ou vício desta não atinge a sentença.

Quando a desistência a de se notar que se trata da causa de extinção do processo sem julgamento do mérito. Como a rescisória só é admissível contra sentenças de mérito, a desistência só pode ser entendida com o sentido de renúncia ao direito em que se funda a ação ou seja, de desistência ao direito material.

A inovação de admitir a rescisória no caso de erro de fato cometido pelo julgador tem merecido censura da doutrina por desnaturar o instituto da coisa julgada.

Deve-se por isso, interpretar restritivamente a permissão de rescindir a sentença por erro de fato e sempre tendo a vista que a rescisória não é remédio próprio para verificação do acerto ou da injustiça da decisão judicial, nem tanto pouco meio de reconstituição de fatos ou provas deficientemente expostos e apreciados em processos findos.

Segundo definição do próprio código de processo civil só haverá erro autorizativo da rescisória quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido. Deve-se concluir que o pensamento da lei é o de que só se justifica a abertura de via para rescisão quando seja razoável permitir que, se houvesse a tentado na prova, o juiz não teria julgado no sentido em que julgou. Não, porém, quando haja julgado em tal ou qual sentido, por ter apreciado mal a prova em que atentou.

A propositura da ação rescisória nenhuma consequência tem sobre a

exequibilidade da sentença impugnada. Dispõe, expressamente, o art. 489 que a ação rescisória não suspende a execução da sentença rescindenda. A regra, aliás é da tradição do nosso direito.

Admitir-se o contrário seria violar a garantia constitucional da intangibilidade da coisa julgada enquanto não desconstituída a sentença

Em caso de gravidade acentuada e de manifesta relevância da pretensão rescindir a sentença contaminada por ilegalidade, a jurisprudência tem admitido, com acerto, medida cautelar com o fito de suspender, liminarmente, a exequibilidade do julgado rescindendo.

A sentença pode ser atacada por dois remédios processuais distintos: pelos recursos e pela ação rescisória. A ação rescisória, que não se confunde com o recurso justamente por atacar uma decisão já sob o efeito dares iudicata. A ação rescisória posiciona-se contra a sentença, diante de um remédio “com que se instaura outra relação jurídica processual”. Recurso, coisa julgada e ação rescisória são três institutos processuais que apresentam profundas conexões.

O recurso visa a evitar ou minimizar o risco de injustiça do julgamento único, a coisa julgada entra em cena para garantir a estabilidade das relações jurídicas, já ação rescisória que busca reparar a injustiça da sentença transitada em julgado, quando o seu grau de imperfeição é de tal grandeza que supere a necessidade de segurança tutelada pelares iudicata. Portanto visa a rescindir, a romper a sentença, como ato jurídico viciado.

Cabe, quando não unânime, o julgamento, o recurso de embargos infringentes. Caberá, se enquadrável num dos casos previstos no art. 102, III, letras “a”, “b” e “c”, da Constituição Federal, recurso extraordinário, bem como recurso especial nas hipóteses elencadas no artigo 105, III, letras, “a”, “b” e “c”. Os embargos de declaração, poderão também ser interpostos. Na ação rescisória, bem como nos processos de competência originária dos Tribunais, não cabe agravo retido. Cabe contra decisão do relator agravo regimental, inclusive da decisão que indeferir, de plano, os embargos infringentes, que deverá ser manifestado no prazo de 48 horas. Igual recurso caberá, no prazo de cinco dias, da decisão que extinguir o processo. Pode ser interposto ainda, no mesmo prazo, agravo regimental das decisões interlocutórias proferidas pelo Presidente, Vice-Presidente, ou pelo relator, para as quais inexistir previsão legal de outro recurso.

Ainda, por disposição do art. 485, apenas as decisões de mérito (definitivas,

que definem o mérito) podem ser objeto de rescisória, sendo este o seu requisito basilar. Desta forma, são decisões não rescindíveis; as inexistentes: porque não ganham vida no mundo jurídico, a exemplo do que se dá nos julgamentos simulados ou quando a sentença não recebe forma escrita ou não se vê publicada, e as nulas de pleno direito porque inquinadas de vício insanável, a exemplo do que ocorre quando proferidas em processo onde não houve citação válida e não houve suprimento, ou quando do processo não participou litisconsorte necessário (v.g., art. 10 do CPC; ou, ainda, quando não verificada a regular representação do incapaz). Embora não sujeitos à rescisória, estes atos poderão ser invalidados em ação própria, ou incidentalmente, em qualquer procedimento, e mesmo de ofício. E até em ação rescisória, as decisões interlocutórias; as sentenças terminativas (que apenas terminam o processo, sem apreciação do mérito - art. 267 do CPC); as decisões proferidas em procedimentos de jurisdição voluntária: porque não há lide; as decisões proferidas no processo cautelar: com exceção do disposto no art. 810, fine, CPC (haja vista que não há coisa julgada material no processo cautelar); os atos judiciais que independem de sentença (arrematação e adjudicação, por exemplo) ou em que há equívoca referência à sentença (v. g., remissão); as sentenças nos procedimentos do Juizado de Pequenas Causas. A execução não embargada: porque dispensa sentença.

O Novo Código de Processo Civil de 2015 apresenta inovações ao permitir, expressamente, a rescisão de decisão transitada em julgado que não seja de mérito. São rescindíveis as decisões que impeçam a nova propositura da demanda; a admissibilidade do recurso correspondente. Essa alteração considerando-se, o grave prejuízo de decisão que, baseada em erro de fato, não conhece de recurso supostamente intempestivo.

Também há um aprimoramento do fundamento legal da ação rescisória na hipótese mais comum de ajuizamento desta ação. De acordo com o novo texto legal, cabe ação rescisória de decisão que venha a violar manifestamente norma jurídica. Há grande aprimoramento de redação, pois o importante é possível ofensa à norma jurídica, que pode ou não decorrer de um determinado dispositivo legal. É pacífico que existe texto sem norma, bem como norma sem texto. Por isso, não há necessidade absoluta de que seja apontado um determinado dispositivo legal para que seja cabível a ação rescisória.

Outra novidade no Novo CPC, em que a relativização da coisa julgada é

observada, está na previsão que amplia, o cabimento da ação excepcional. Ocorre que o NCPC de 2015 passa a admitir o cabimento da ação rescisória no caso de “prova nova tema do art. 975, § 2º”. O CPC de 1973 admite a ação no caso de “documento novo”. Por isso, com o NCPC, se a parte obtiver, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável, pode mover a ação. Há sensível ampliação, pois a ação, agora, é expressamente admitida, por exemplo, no caso de prova testemunhal nova. A hipótese vai exigir muita atenção dos tribunais, inclusive pelo fato de que o termo inicial do prazo de dois anos será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Outro caso onde observa-se esse trata-se da impugnação no título executivo fundado em lei inconstitucional, dispositivo esse que mitiga a relativização da coisa julgada, o art. 525 do NCPC, sendo impugnação ao cumprimento de sentença, que é replicado no art. 535, § 5º e seguintes, relativo ao cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.

Quanto a questão temporal, o Novo CPC, aliás, pacifica, deixando expresso que o termo inicial do prazo para a ação rescisória, em qualquer caso, deve ser contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, conforme termos da Súmula 401 do STJ. Em março desse ano de 2016, o novo Código de Processo Civil entrará em vigor. E muito ainda se compreenderá o alcance destas e outras novas disposições.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Código de Processo Civil** (editado por Arnaldo de Oliveira Júnior). 3ª ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BRASIL, **Constituição Federal**: atualizada até a Emenda Constitucional nº 52, de 8 de março de 2006 (editado por Arnaldo Oliveira Júnior). 6ª ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

CAMARA, Alexandre Freitas. **Ação Rescisória**. São Paulo, Atlas, 2014, 3.edição.

DINAMARCO, Márcia **Conceição Alves. Ação Rescisória**. São Paulo: Atlas, 2004.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual do Processo de Conhecimento**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. da 2ª ed. rev. e atual. e ampl. do livro Manual do processo de conhecimento: a tutela jurisdicional através do processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MARQUES, José Frederico. **Manual de Direito Processual Civil**. vol. 3, parte 2. São Paulo: Saraiva, 1975.

NUNES, Pedro, **Dicionário de Tecnologia Jurídica**. 13ª ed. rev., ampl. e atual.. Rio de Janeiro: Renovar 1999.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil**, 6ª ed. Livraria do Advogado Editora. Porto Alegre, 2005

VITAGLIANO, José Arnaldo. **Coisa julgada e ação anulatória**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, nº. 72, 13 set. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4206>. Acesso em: 05/02/16.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Revista Prática Jurídica**: Flexibilização ou relativização da coisa julgada. Ano III, nº 33. Brasília: Ed. Consulex, 2004.

YARSHELL, Flávio Luiz. **Ação Rescisória: juízos rescindente e rescisório**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

## APÊNDICE A

### DECLARAÇÃO DE AUTORIA

**Adriana Boareto Vasconcelos**, aluna regularmente matriculada na FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR, Campus de Cacoal, no curso de Direito, DECLARO para os devidos fins e sob as penas da lei, que sou autora da monografia intitulada “**A AÇÃO RESCISÓRIA E A RELATIVIZAÇÃO INTERTEMPORAL SOB A ÓTICA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**”.

Ciente do teor das informações aqui consignadas e para que cumpra os devidos fins de direito, firmo a presente declaração.

Cacoal/RO, 28 de fevereiro de 2016.

---

Bacharelanda

## **APÊNDICE B**

### **DECLARAÇÃO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA**

DECLARO para os devidos fins que o trabalho monográfico desenvolvido pela acadêmica ADRIANA BOARETO VASCONCELOS com o título “**A AÇÃO RESCISÓRIA E A RELATIVIZAÇÃO INTERTEMPORAL SOB A ÓTICA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**”, foi por mim revisado em seu aspecto ortográfico, sendo feitas as devidas correções.

Cacoal/RO, 11 de fevereiro de 2016

---

**OTONIEL BRAZ ODORICO**  
Licenciado em Letras – UNIR/RO  
Licenciatura Plena